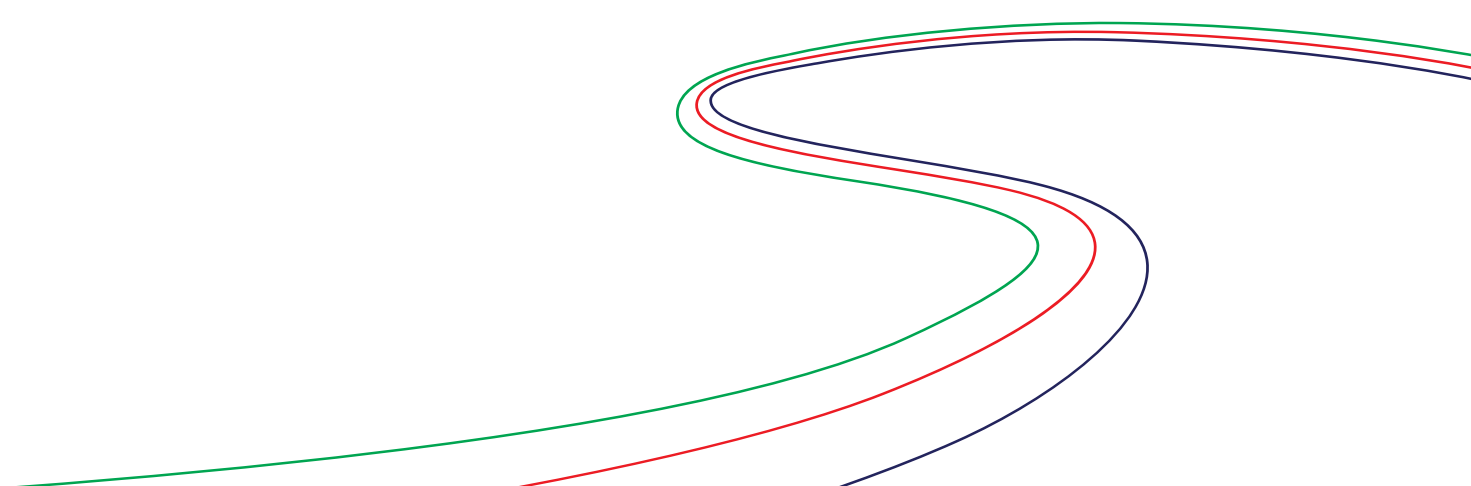
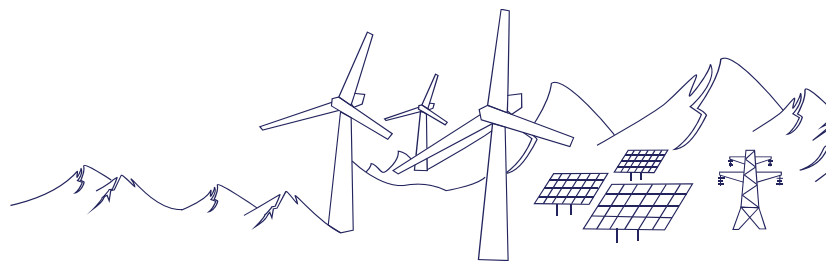




Demonstrações Contábeis Regulatórias

UHE São Simão Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



UHE São Simão Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial.....	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração do fluxo de caixa	5
Demonstração do valor adicionado	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	7



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Diretores e Acionistas
UHE São Simão Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a UHE São Simão Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Outros assuntos

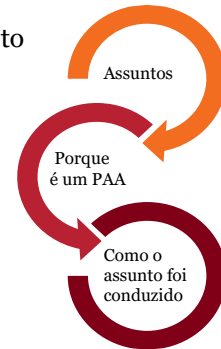
UHE São Simão Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as

UHE São Simão Energia S.A.

normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 15 de março de 2023, sem ressalvas.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Ativo intangível e imobilizado vinculado a concessão (Notas 30.1.2)

Parte do montante pago pela outorga (direito de concessão) possui direito incondicional da Companhia de receber caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado. Nas demonstrações contábeis societárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), essa parcela foi classificada como ativo financeiro. A outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), é classificada como ativo intangível. Nas demonstrações contábeis regulatórias os efeitos da aplicação da ICPC 01 (R1) - "Contratos de Concessão" não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão são classificados como imobilizado e o pagamento da Bonificação pela Outorga como intangível. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo imobilizado e intangível totalizaram R\$ 322.370 mil e R\$ 6.095.735 mil respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos os valores envolvidos no pagamento da concessão, bem como a mensuração subsequente dos valores, conforme determina o Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela diretoria são razoáveis e as divulgações são consistentes com as informações obtidas.



UHE São Simão Energia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos o ativo imobilizado e intangível vinculados a concessão como um dos principais assuntos de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos e da complexidade dos ajustes realizados para fins de demonstrações contábeis regulatórias.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de



UHE São Simão Energia S.A.

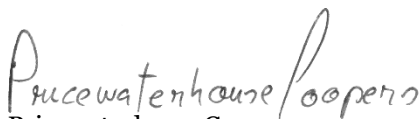
auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

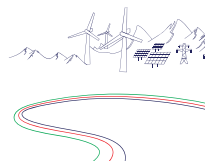
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

UHE São Simão Energia S.A.

Balanço patrimonial regulatório
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	633.963	613.461
Concessionárias e Permissionárias	5	41.466	35.221
Serviços em Curso	6	12.738	6.663
Tributos Compensáveis	7	21.365	39.920
Almoxarifado Operacional	8	11.152	11.675
Despesas Pagas Antecipadamente	9	6.847	6.722
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	817.056	-
Outros Ativos Circulantes	10	915	528
		<u>1.545.502</u>	<u>714.190</u>
Ativo Não circulante			
Tributos Diferidos	19	352.204	221.316
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	-	1.243.414
Outros Ativos Não Circulantes	10	-	127
Imobilizado	11	322.370	163.707
Intangível	12	6.095.735	6.336.120
		<u>6.770.309</u>	<u>7.964.684</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>8.315.811</u>	<u>8.678.874</u>
PASSIVO		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	49.653	48.157
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	2.647.370	384.835
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	26.071	23.022
Impostos a Recolher	16	137.142	58.927
Dividendos a pagar	20	144.189	170.041
Encargos Setoriais	17	31.220	22.633
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	11.342	116.209
Outros Passivos Circulantes	10	1	1
		<u>3.046.988</u>	<u>823.825</u>
Não circulante			
Fornecedores		2.277	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	2.255.757	4.805.187
Provisão para Litígios	18	252	52
Tributos Diferidos		-	2.309
Outros Passivos Não Circulantes	10	29	311
		<u>2.258.315</u>	<u>4.807.859</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.305.303</u>	<u>5.631.684</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	20	2.912.000	2.912.000
Outros Resultados Abrangentes		50.958	115.777
Reservas de Lucros		1.413.855	1.120.972
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		(1.366.305)	(1.101.559)
Total do Patrimônio Líquido		<u>3.010.508</u>	<u>3.047.190</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>8.315.811</u>	<u>8.678.874</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2022	2021
Operações em Continuidade			
Receita			
Fornecimento de energia elétrica		4.359	14.924
Suprimento de energia elétrica		1.680.565	1.501.552
Energia Elétrica de Curto Prazo		15.533	31.781
Tributos			
PIS		(28.057)	(25.546)
COFINS		(129.234)	(117.667)
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(14.757)	(13.554)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(47.750)	(31.242)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(4.989)	(4.897)
Receita líquida	22	1.475.670	1.355.351
Custos não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda	23	(6.210)	(12.673)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(234.345)	(204.460)
Recuperação de custos - Extensão da Outorga		2.309	22.655
		<u>(238.246)</u>	<u>(194.478)</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.237.424	1.160.873
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	24	(76.649)	(73.189)
Material		(3.884)	(1.371)
Serviços de terceiros	25	(53.385)	(42.973)
Arrendamento e aluguéis		(4.853)	(4.924)
Seguros		(5.089)	(3.482)
Doações, contribuições e subvenções		-	(519)
Provisões		(163)	-
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos		(3)	(10)
(-) Recuperação de despesas		-	95
Tributos		(660)	(806)
Depreciação e amortização		(244.178)	(238.682)
Gastos diversos		(6.536)	(6.688)
Outras Receitas Operacionais		591	2.940
Resultado da Atividade		842.615	791.264
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	26	944.955	1.652.369
Despesas financeiras		(1.341.683)	(2.076.358)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		445.887	367.275
Despesa com Impostos sobre o Lucro	27	(101.740)	(99.421)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		344.147	267.854
Resultado Líquido do Exercício		344.147	267.854
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores	21		
Detentores de Ações Ordinárias		0,1182	0,0920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



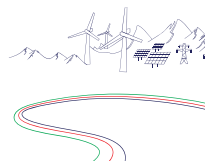


UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	<u>344.147</u>	<u>267.854</u>
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa	(98.211)	171.787
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>33.392</u>	<u>(58.407)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>279.328</u>	<u>381.234</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

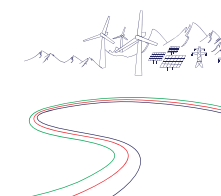


UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	Lucro (Prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.912.000	2.397	575.051	(653.451)	-	2.835.997
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	267.854	267.854
Outros resultados abrangentes						
Hedge de fluxo de caixa	-	171.787	-	-	-	171.787
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(58.407)	-	-	-	(58.407)
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal	-	-	35.798	-	(35.798)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(170.041)	(170.041)
Destinação para reserva de lucros	-	-	510.123	-	(510.123)	-
Diferenças regulatórias no exercício	-	-	-	(448.108)	448.108	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.912.000	115.777	1.120.972	(1.101.559)	-	3.047.190
Ajuste de exercícios anteriores				(1.780)		(1.780)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	344.147	344.147
Outros resultados abrangentes						
Hedge de fluxo de caixa	-	(98.211)	-	-	-	(98.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	33.392	-	-	-	33.392
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal	-	-	30.356	-	(30.356)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(144.189)	(144.189)
Destinação de dividendos adicionais 2021	-	-	(170.041)	-	-	(170.041)
Destinação para reserva de lucros	-	-	432.568	-	(432.568)	-
Diferenças regulatórias no exercício	-	-	-	(262.966)	262.966	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.912.000	50.958	1.413.855	(1.366.305)	-	3.010.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

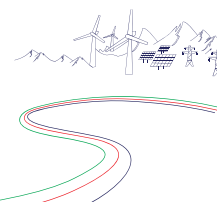


UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		445.887	367.275
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos	19	(2.309)	2.309
Depreciações e amortizações	11 e 12	244.178	238.682
Depreciações de arrendamento		3.303	-
Ganhos ou perdas na alienação de bens e direitos		3	-
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	464.508	448.380
Arrendamentos e aluguéis - AVP		1.955	-
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		235	5
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		4.962	3.601
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.358)	(454)
Créditos de tributos		-	15.229
Recuperação de custos - Extensão da Outorga		-	(24.964)
		<u>1.161.364</u>	<u>1.050.063</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias		(6.245)	4.888
Impostos e contribuições sociais compensáveis		19.913	18.758
Serviços em curso		(6.075)	(1.720)
Estoques		(1.079)	(3.706)
Despesas antecipadas		(125)	(4.505)
Outros ativos operacionais		(260)	(112)
		<u>6.129</u>	<u>13.603</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		3.773	12.063
Impostos a Recolher		(19.129)	(150.653)
Obrigações estimadas com pessoal		3.049	9.069
Encargos regulamentares e setoriais		3.625	(6.889)
Provisões		(35)	-
Outros passivos operacionais		(282)	(119)
		<u>(8.999)</u>	<u>(136.529)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		1.158.494	927.137
Imposto de renda e contribuição social pagos		(101.892)	(178.253)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.056.602	748.884
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(141.856)	(70.047)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(141.856)	(70.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(340.082)	(232.371)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	1.016.872
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	14	(200.000)	(1.101.871)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	14	(349.095)	(335.563)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis		(5.067)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(894.244)	(652.933)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		20.502	25.904
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		633.963	613.461
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		613.461	587.557
		<u>20.502</u>	<u>25.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

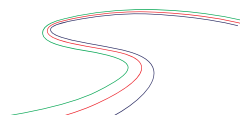
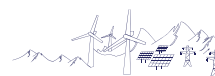


UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
Geração do valor adicionado	1.701.191	1.551.529
Receita Operacional	1.700.459	1.548.256
Outras Receitas	732	3.273
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(340.283)	(290.916)
Custos da energia comprada	(6.842)	8.899
Encargos de uso da rede elétrica	(258.009)	(230.093)
Materiais	(3.950)	(3.491)
Serviços de terceiros	(55.559)	(51.324)
Outros custos operacionais	(15.923)	(14.907)
Valor adicionado bruto	1.360.908	1.260.613
Retenções	(245.233)	(242.362)
Depreciações e amortizações	(245.233)	(242.362)
Valor adicionado líquido produzido	1.115.675	1.018.251
Valor adicionado recebido em transferência	948.447	1.653.614
Receitas financeiras	948.447	1.653.614
Valor adicionado total a distribuir	2.064.122	2.671.865
Distribuição do valor adicionado	2.064.122	2.671.865
Pessoal	65.623	61.257
Remuneração direta	51.869	48.176
Benefícios	10.449	9.300
FGTS	3.305	3.781
Impostos, taxas e contribuições	307.802	261.693
Federais	307.179	260.942
Estaduais	99	257
Municipais	524	494
Remuneração de capitais de terceiros	1.346.550	2.081.061
Juros	1.341.681	2.076.103
Aluguéis	4.869	4.958
Remuneração de capitais próprio	344.147	267.854
Dividendos	144.189	170.041
Lucro (-) prejuízo a distribuir	199.958	97.813
Lucros retidos	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



1. Contexto operacional

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

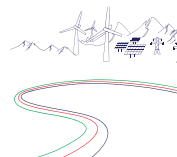
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Em 30 de março de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declarações de conformidade

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, versão 2022 aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovada por meio do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis



regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 30 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Moedas funcional

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

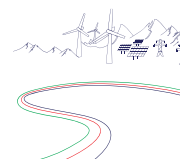
- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis regulatórias, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.3 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:



(i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

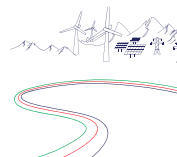
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para publicação das Demonstrações Contábeis.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 19); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28).

2.5 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$836.292 (R\$530.693 positivo em 2021), decorrente principalmente, pelo vencimento em outubro de 2023 da dívida em moeda estrangeira com a mutuária que é parte relacionada Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, no montante de aproximadamente R\$ 1.800.000, líquida dos derivativos contratados para proteção da exposição ao câmbio.



A Companhia dispõe de algumas alternativas para refinanciamento através de dívida bancária e mercado de capitais local e internacional. Em função das altas taxas de juros tanto no mercado local como no mercado internacional, a Companhia irá analisar qual será a melhor alternativa de refinanciamento inclusive um refinanciamento da dívida atual.

No quarto trimestre de 2022, a Companhia reafirmou sua nota máxima de rating (BrAAA) pela S&P, confirmando a saúde financeira para com o mercado de capitais.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

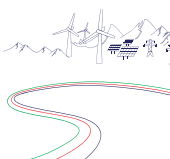
Alterações adotadas pelo Grupo

Após a revisão do MCSE o tratamento do Arrendamentos e do Direito de uso foram reconhecidos de acordo com o CPC06 a partir de 01 de janeiro de 2022 eliminando o ajuste entre Contabilidade Societário e Contabilidade Regulatória.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas na conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.



A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo esta uma estratégia financeira e não operacional.

3.2 Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

3.3 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, registrado em 31 de dezembro de 2022. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.4 Imobilizado em curso

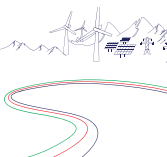
Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3.5 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio são definidos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social e é reconhecido como um passivo em suas demonstrações contábeis ao final do exercício.

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

3.8 Reconhecimento de receita

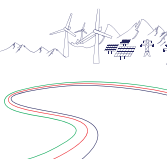
A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.9 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.



Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

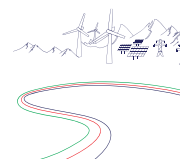
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo



amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

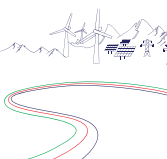
O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A nota explicativa nº 14 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.



Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixas e Bancos	185	33
Aplicações financeiras de curto prazo	633.778	613.428
	<u>633.963</u>	<u>613.461</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.

5. Concessionárias

	<u>Valores Correntes</u>	<u>Saldo líquido em</u>	<u>Saldo líquido em</u>
	<u>Corrente a Vencer</u>		
	<u>Até 60 dias</u>		
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	38.950	38.950	31.760
Energia de curto prazo	2.516	2.516	3.461
Total Circulante	<u>41.466</u>	<u>41.466</u>	<u>35.221</u>

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL).



6. Serviços em curso

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 12.738 (R\$ 6.663 em 2021), refere-se aos valores aplicados nos projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D de acordo com a legislação vigente, atualmente regulamentada pela Resolução Normativa nº 504, de 14 de agosto de 2012.

7. Tributos compensáveis

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	-	21.714
Impostos a compensar (IRPJ e CSLL)	838	736
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	1.999	2.233
Impostos e tributos a Recuperar (outros) (i)	18.528	15.237
	<u>21.365</u>	<u>39.920</u>
Ativo circulante	<u>21.365</u>	<u>39.920</u>
	<u>21.365</u>	<u>39.920</u>

- (i) Referem-se a IRPJ e CSLL a recuperar referente aos anos de 2018 a 2019 e IRRF sobre aplicações financeiras de 2022.

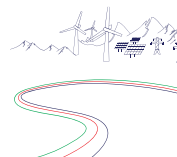
8. Almoxarifado operacional

Almoxarifado operacional

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Almoxarifado de Manutenção e Operação	10.467	9.388
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	685	2.287
	<u>11.152</u>	<u>11.675</u>

9. Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios de seguros	4.529	4.539
Outros	2.318	2.183
	<u>6.847</u>	<u>6.722</u>



10. Outros Ativos e Passivos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outros Ativos		
Adiantamentos a fornecedores	320	83
Adiantamentos a funcionários	595	445
Partes relacionadas	-	127
	<u>915</u>	<u>655</u>
Outros Passivos		
Adiantamentos a clientes	1	1
Partes relacionadas	29	311
	<u>30</u>	<u>312</u>

11. Ativo imobilizado

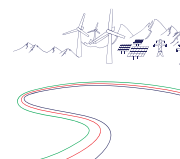
Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

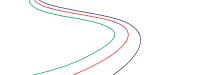
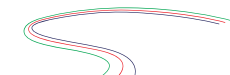
A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 A composição do ativo imobilizado é como segue:

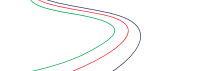
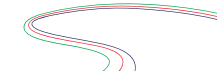
	Taxas anuais médias %	31/12/2022			Taxas anuais médias %	31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado								
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Reservatórios, barragens e adutoras	5,44%	431.720	(429.813)	1.907	5,32%	435.867	(433.884)	1.983
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,48%	39.219	(31.923)	7.296	6,67%	34.640	(31.727)	2.913
Máquinas e equipamentos	7,92%	622.473	(546.639)	75.834	8,13%	585.072	(548.806)	36.266
Veículos	14,29%	1.428	(440)	988	14,29%	1.428	(234)	1.194
Móveis e utensílios	6,34%	1.359	(171)	1.188	6,34%	909	(94)	815
		<u>1.096.199</u>	<u>(1.008.986)</u>	<u>87.213</u>		<u>1.057.916</u>	<u>(1.014.745)</u>	<u>43.171</u>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	33.260	(11.573)	21.687	3,55%	3.292	(390)	2.902
Máquinas e equipamentos	13,15%	3.704	(1.807)	1.897	13,05%	3.282	(1.314)	1.968
Móveis e utensílios	6,25%	379	(66)	313	6,25%	379	(42)	337
		<u>37.343</u>	<u>(13.446)</u>	<u>23.897</u>		<u>6.953</u>	<u>(1.746)</u>	<u>5.207</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.133.542</u>	<u>(1.022.432)</u>	<u>111.110</u>		<u>1.064.869</u>	<u>(1.016.491)</u>	<u>48.378</u>
Imobilizado em curso								
Geração		210.366	-	210.366		114.794	-	114.794
Administração		894	-	894		535	-	535
Total do imobilizado em curso		<u>211.260</u>	<u>-</u>	<u>211.260</u>		<u>115.329</u>	<u>-</u>	<u>115.329</u>
Total do ativo imobilizado		<u>1.344.802</u>	<u>(1.022.432)</u>	<u>322.370</u>		<u>1.180.198</u>	<u>(1.016.491)</u>	<u>163.707</u>



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Imobilizado em Serviço									
Geração									
Reservatórios, barragens e adutoras	435.867	-	(4.147)	-	431.720	(4.147)	(429.813)	1.907	1.983
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.640	12	-	4.567	39.219	4.579	(31.923)	7.296	2.913
Máquinas e equipamentos	585.072	355	(4.679)	41.725	622.473	37.401	(546.639)	75.834	36.266
Veículos	1.428	-	-	-	1.428	-	(440)	988	1.194
Móveis e utensílios	909	23	-	427	1.359	450	(171)	1.188	815
	<u>1.057.916</u>	<u>390</u>	<u>(8.826)</u>	<u>46.719</u>	<u>1.096.199</u>	<u>38.283</u>	<u>(1.008.986)</u>	<u>87.213</u>	<u>43.171</u>
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.292	29.968	-	-	33.260	29.968	(11.573)	21.687	2.902
Máquinas e equipamentos	3.282	422	-	-	3.704	422	(1.807)	1.897	1.968
Móveis e utensílios	379	-	-	-	379	-	(66)	313	337
	<u>6.953</u>	<u>30.390</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>37.343</u>	<u>30.390</u>	<u>(13.446)</u>	<u>23.897</u>	<u>5.207</u>
Subtotal	<u>1.064.869</u>	<u>30.780</u>	<u>(8.816)</u>	<u>46.719</u>	<u>1.133.542</u>	<u>68.673</u>	<u>(1.022.432)</u>	<u>111.110</u>	<u>48.378</u>
Ativo Imobilizado em Curso									
Geração									
Máquinas e equipamentos	93.190	129.918	-	(43.549)	179.559	86.369	-	179.559	93.190
Outros	21.604	12.373	-	(3.170)	30.807	9.203	-	30.807	21.604
	<u>114.794</u>	<u>142.291</u>	<u>-</u>	<u>(46.719)</u>	<u>210.366</u>	<u>95.572</u>	<u>-</u>	<u>210.366</u>	<u>114.794</u>
Administração									
Máquinas e equipamentos	535	359	-	-	894	359	-	894	535
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>535</u>	<u>359</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>894</u>	<u>359</u>	<u>-</u>	<u>894</u>	<u>535</u>
Subtotal	<u>115.329</u>	<u>142.650</u>	<u>-</u>	<u>(46.719)</u>	<u>211.260</u>	<u>95.931</u>	<u>-</u>	<u>211.260</u>	<u>115.329</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>1.180.198</u>	<u>173.430</u>	<u>(8.816)</u>	<u>-</u>	<u>1.344.802</u>	<u>164.604</u>	<u>(1.022.432)</u>	<u>322.370</u>	<u>163.707</u>



11.3 Adições - Ativo Imobilizado em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

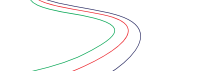
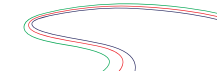
	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Reservatórios, barragens e adutoras	3.585	8.063			11.648
Edificações, obras civis e benfeitorias	478	-			478
Máquinas e equipamentos	15.708	50.897	13.704	705	81.014
Móveis e utensílios	143	104			247
Material de Depósito	1.591	-			1.591
Adiantamentos a fornecedores	-	47.672			47.672
Total das Adições	21.505	106.736	13.704	705	142.650

12. Intangível

Os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o intangível no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do intangível os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

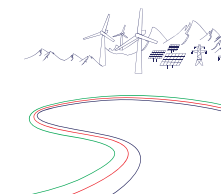
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no intangível. As taxas de amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, com exceção do intangível referente a Bonificação de outorga que é amortizado pelo prazo da concessão.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1 A composição do ativo intangível é como segue:

Intangível	Taxas anuais médias %	31/12/2022			Taxas anuais médias %	31/12/2021		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00%	1.843	(1.506)	337	20,00%	1.597	(1.242)	355
Direito de concessão - Outros	3,45%	7.204.963	(1.113.892)	6.091.071	3,45%	7.204.964	(873.470)	6.331.494
		<u>7.206.806</u>	<u>(1.115.398)</u>	<u>6.091.408</u>		<u>7.206.561</u>	<u>(874.712)</u>	<u>6.331.849</u>
Administração								
Software	20,00%	4.890	(2.416)	2.474	20,00%	3.088	(1.559)	1.529
		<u>4.890</u>	<u>(2.416)</u>	<u>2.474</u>		<u>3.088</u>	<u>(1.559)</u>	<u>1.529</u>
Total do intangível em serviço		<u>7.211.696</u>	<u>(1.117.814)</u>	<u>6.093.882</u>		<u>7.209.649</u>	<u>(876.271)</u>	<u>6.333.378</u>
Intangível em curso								
Geração		1.684	-	1.684		957	-	957
Administração		169	-	169		1.785	-	1.785
Total do intangível em curso		<u>1.853</u>	<u>-</u>	<u>1.853</u>		<u>2.742</u>	<u>-</u>	<u>2.742</u>
Total do imobilizado intangível		<u>7.213.549</u>	<u>(1.117.814)</u>	<u>6.095.735</u>		<u>7.212.391</u>	<u>(876.271)</u>	<u>6.336.120</u>

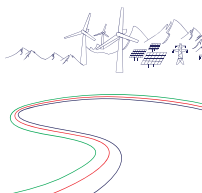


UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 A movimentação do ativo intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço								
Geração								
Softwares	1.597	-	246	1.843	246	(1.506)	337	279
Outros	7.204.963	-	-	7.204.963	-	(1.113.892)	6.091.071	6.331.493
	<u>7.206.560</u>	<u>-</u>	<u>246</u>	<u>7.206.806</u>	<u>246</u>	<u>(1.115.398)</u>	<u>6.091.408</u>	<u>6.331.772</u>
Administração								
Softwares	3.088	-	1.802	4.890	1.802	(2.416)	2.474	1.529
	<u>3.088</u>	<u>-</u>	<u>1.802</u>	<u>4.890</u>	<u>1.802</u>	<u>(2.416)</u>	<u>2.474</u>	<u>1.529</u>
Subtotal	<u>7.209.648</u>	<u>-</u>	<u>2.048</u>	<u>7.211.696</u>	<u>2.048</u>	<u>(1.117.814)</u>	<u>6.093.882</u>	<u>6.333.301</u>
Ativo Intangível em Curso								
Geração								
Softwares	957	990	(263)	1.684	727	-	1.684	1.033
	<u>957</u>	<u>990</u>	<u>(263)</u>	<u>1.684</u>	<u>727</u>	<u>-</u>	<u>1.684</u>	<u>1.033</u>
Administração								
Softwares	1.786	168	(1.785)	169	(1.617)	-	169	1.786
	<u>1.786</u>	<u>168</u>	<u>(1.785)</u>	<u>169</u>	<u>(1.617)</u>	<u>-</u>	<u>169</u>	<u>1.786</u>
Subtotal	<u>2.743</u>	<u>1.158</u>	<u>(2.048)</u>	<u>1.853</u>	<u>(890)</u>	<u>-</u>	<u>1.853</u>	<u>2.819</u>
Total	<u>7.212.391</u>	<u>1.158</u>	<u>-</u>	<u>7.213.549</u>	<u>1.158</u>	<u>(1.117.814)</u>	<u>6.095.735</u>	<u>6.336.120</u>



12.3 Adições - Ativo Intangível em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

	Serviços de Terceiros	Total
Softwares	1.158	1.158
Outros		-
Total das Adições	1.158	1.158

13. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso do sistema de transmissão	23.799	21.294	-	-
Materiais e Serviços	25.854	26.863	-	-
Retenção contratual	-	-	2.277	-
	49.653	48.157	2.277	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

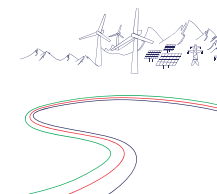
14. Empréstimos, financiamentos e derivativos

14.1 Composição da dívida

<u>INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA</u>	<u>Juros de Curto Prazo</u>	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>Saldo Total</u>	<u>Data Captação</u>	<u>Indexador ou Juros</u>	<u>Spread % a.a.</u>	<u>Data Próximo Pqto Juros</u>	<u>Frequência Pqto Juros</u>	<u>Vencimento Final</u>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira										
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	28.289	2.594.423	-	2.622.712	01/11/2018	US\$	5,86%	25/04/2022	Semestral	25/10/2023
	<u>28.289</u>	<u>2.594.423</u>	<u>-</u>	<u>2.622.712</u>						
Arrendamento Mercantil										
Fundo De Investimento Imobiliário - Fii		3.586	17.579	21.165	01/12/2018	Pré	9,35%	N/A	N/A	05/12/2027
	<u>-</u>	<u>3.586</u>	<u>17.579</u>	<u>21.165</u>						
Debêntures										
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	4.228	-	943.017	947.245	13/11/2019	Pré	IPCA + 3,54% a.a.	15/05/2021	Semestral	15/11/2029
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 2	3.425	-	199.415	202.840	13/11/2019	Pré	CDI + 0,58% a.a.	15/05/2021	Semestral	15/11/2024
Pentagono Trustee - 2ª Emissão	13.420	-	1.095.746	1.109.166	15/10/2021	Pré	IPCA + 5,8198% a.a.	18/04/2022	Semestral	15/10/2036
	<u>21.073</u>	<u>-</u>	<u>2.238.178</u>	<u>2.259.251</u>						
Total	<u>49.362</u>	<u>2.598.009</u>	<u>2.255.757</u>	<u>4.903.128</u>						

14.2 Cronograma de vencimentos de principal e juros de longo prazo

<u>INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 até 2036</u>	<u>Total</u>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira					
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	-	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil					
Fundo De Investimento Imobiliário - Fii	3.921	4.288	4.688	4.682	17.579
	<u>3.921</u>	<u>4.288</u>	<u>4.688</u>	<u>4.682</u>	<u>17.579</u>
Debêntures					
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	-	-	-	943.017	943.017
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 2	-	199.415	-	-	199.415
Pentagono Trustee - 2ª Emissão	-	-	-	1.095.746	1.095.746
	<u>-</u>	<u>199.415</u>	<u>-</u>	<u>2.038.763</u>	<u>2.238.178</u>
Total	<u>3.921</u>	<u>203.703</u>	<u>4.688</u>	<u>2.043.445</u>	<u>2.255.757</u>



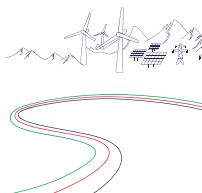
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Derivativos

<u>Instituição / Contraparte</u>	<u>Data início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Custo ponta ativa</u>	<u>Custo ponta passiva</u>	<u>Fair Value</u>
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	11,47%a.a.	371.700	165.577	(2.245)	163.332
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	11,49%a.a.	1.109.875	487.149	(6.823)	480.326
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	11,47%a.a.	186.500	82.165	(1.137)	81.028
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	11,47%a.a.	186.500	82.165	(1.137)	81.028
				1.854.575	817.056	(11.342)	805.714

14.4 Dívida líquida

	<u>Juros de Curto Prazo</u>	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	28.289	2.594.423	-	2.622.712	2.845.992
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	204.382
Debêntures	21.073	-	2.238.178	2.259.251	2.139.648
Arrendamento	-	3.585	17.579	21.164	-
Derivativos a Pagar	11.342	-	-	11.342	116.209
	60.704	2.598.008	2.255.757	4.914.469	5.306.231
(-) Ativos financeiros					
Alta Liquidez	-	(633.963)	-	(633.963)	(613.461)
Derivativos a receber	(817.056)	-	-	(817.056)	(1.243.414)
	(817.056)	(633.963)	-	(1.451.019)	(1.856.875)
Dívida líquida	(756.352)	1.964.045	2.255.757	3.463.450	3.449.356



14.5 Condições restritivas (covenants)

Apenas a 1ª e 2ª emissão debêntures estão sujeitos aos *covenants* financeiros, conforme o quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2019 a 2021	4,50
2022	4,00
2023	3,75
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,50

Considera-se:

(a)“Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

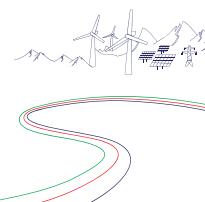
(b)“EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período.

Os *covenants* financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima.

O índice Dívida Líquida / EBITDA em 31 de dezembro de 2022 ficou em 3,26, abaixo do limite estabelecido nas escrituras da 1ª e 2ª emissão de debêntures da Companhia de 4,00x para o ano de 2022.

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão férias	7.211	6.304
Provisão 13º salário	25	-
Provisão PLR	15.310	13.898
Tributos sobre folha de pagamento	3.206	2.543
Benefícios	321	277
	<u>26.071</u>	<u>23.022</u>



16. Impostos a recolher

A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se encontra disposta abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS a recolher	572	1.869
COFINS a recolher	2.634	8.575
IRPJ corrente a recolher	100.417	13.614
CSLL corrente a recolher	30.474	34.053
Outros tributos	3.045	816
	<u>137.142</u>	<u>58.927</u>

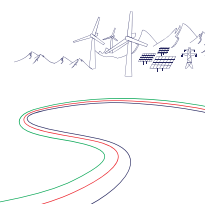
17. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	15.551	4.132	830	-	20.513
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	277	1.770	-	(1.741)	306
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	922	5.903	-	(5.804)	1.021
MME - Ministério de Minas e Energia	227	2.952	-	(2.924)	255
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	393	4.989	-	(4.944)	438
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	5.263	47.750	-	(44.326)	8.687
	<u>22.633</u>	<u>67.496</u>	<u>830</u>	<u>(59.739)</u>	<u>31.220</u>
Circulante	22.633				31.220
Total	<u>22.633</u>				<u>31.220</u>

17.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O montante aplicado nos projetos em andamento está registrado na rubrica de Serviços em curso (Nota 6).



18. Provisões para contingências**18.1 Risco provável**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	197	-
Ambientais	55	52
	<u>252</u>	<u>52</u>

Reclamação Trabalhista - 1001360-25.2020.5.02.0016 e 0010427-86.2022.5.03.0063

A Companhia está no polo passivo de duas reclamações trabalhistas ajuizada por ex-funcionários.

Ação Civil Pública (ACP) - 9519-51.2012.4.01.3803

Trata-se de Ação Civil Pública proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. O MPF requereu o pagamento de R\$ 30, a título de danos morais coletivos (Pedido 1), e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R\$ 30 (Pedido 2). A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão. O prognóstico de perda do processo judicial quanto ao pedido dos danos morais coletivos (Pedido 1) é possível, tendo em vista que a Companhia não deu causa ao dano. Quanto ao pedido de recuperação ambiental da área (Pedido 2), o prognóstico de perda é provável. Neste momento, o processo encontra-se suspenso, aguardando a definição sobre a área efetivamente ocupada.

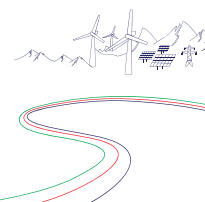
18.2 Risco possível

	Possível	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	-	125
Cíveis	309	253
Fiscais	22.792	15.602
Ambientais	55	51
	<u>23.156</u>	<u>16.031</u>

Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173

A Companhia recebeu uma notificação de IPTU referente ao ano de 2012 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$5.775. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019.

Em 24.03.2022, proferida sentença julgando a ação integralmente procedente para declarar a inexistência da cobrança do IPTU de 2018 em diante. O Município interpôs Recurso de Apelação, tendo sido apresentada Contrarrazões pela UHESS em 18.11.22. Atualmente, aguarda-se remessa dos autos ao TJ/GO para julgamento. O valor envolvido (atualizado) é de R\$ 22.792.

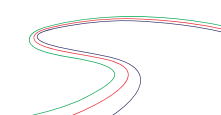
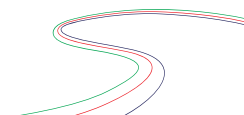


Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos diferidos

A composição dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	5.699	4.449	-	-	1.250	2.414	-	-
Amortização do intangível	276.559	217.390	-	-	59.169	59.802	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	13.632	13.565	-	-	67	(2.257)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	26.251	59.643	-	-	(33.392)	24.257
Debêntures	91.052	53.258	-	-	37.794	39.187	-	-
Extensão da outorga	-	-	8.487	7.703	(784)	(7.703)	-	-
Total Diferenças Temporárias	386.942	288.662	34.738	67.346	97.496	91.443	(33.392)	24.257
Total bruto	386.942	288.662	34.738	67.346	97.496	91.443	(33.392)	24.257
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(34.738)	(67.346)	(34.738)	(67.346)	-	-	-	-
Total	352.204	221.316	-	-	-	-	-	-



20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

a. Destinação dos lucros:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	344.147	267.854
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(30.356)</u>	<u>(35.798)</u>
	313.791	232.056
Destinação do lucro:		
Dividendos	144.189	170.041
Reserva de lucros	432.568	510.123
Lucro excedente da contabilidade societária	<u>(262.966)</u>	<u>(448.108)</u>
	313.791	232.056

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício, conforme demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as regras societárias (CPC/IFRS), será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O saldo de dividendos aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	31/12/2022	31/12/2021
SPIC Brasil Participações S.A.	51%	73.537	86.721
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	50.466	59.514
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	10.093	11.903
CPD Energy investment Co. limited	7%	10.093	11.903
		<u>144.189</u>	<u>170.041</u>

b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica “*Hedge* de fluxo de caixa”, serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.



c. Lucro excedente da contabilidade societária

O lucro excedente da contabilidade societária refere-se as variações entre a contabilidade societária e regulatória. É composto por dois fatores relevantes:

- Receita decorrente a atualização do ativo financeiro na contabilidade societária
- Amortização da Bonificação de Outorga considerada na contabilidade regulatória.

Os detalhes sobre a composição destes valores estão descritos na nota explicativa 30.1.6.

21. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

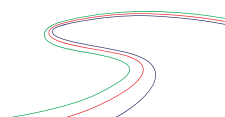
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	344.147	267.854
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	2.912.000	2.912.000
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,1182	0,0920

22. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

- a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. No Ambiente de Contratação



Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Suprimento de energia	1.684.924	1.516.476
Energia de curto prazo - CCEE	15.533	31.781
Receita operacional bruta	<u>1.700.457</u>	<u>1.548.257</u>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(157.291)	(143.213)
	<u>(157.291)</u>	<u>(143.213)</u>
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(14.757)	(13.554)
Compensação Financeira pela Utilização	(47.750)	(31.242)
de Recursos Hídricos - CFURH		
Taxa de Fiscalização dos Serviços de	(4.989)	(4.897)
Energia Elétrica - TFSEE		
	<u>(67.496)</u>	<u>(49.693)</u>
Total deduções da receita operacional	<u>(224.787)</u>	<u>(192.906)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.475.670</u>	<u>1.355.351</u>

23. Custos não gerenciáveis

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(6.210)	(12.673)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(234.345)	(204.460)
Recuperação de custos - Extensão da Outorga	2.309	22.655
	<u>(238.246)</u>	<u>(194.478)</u>

24. Pessoal

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal		
Remuneração	38.875	28.142
Encargos	14.331	15.712
Previdência privada - Corrente	2.093	1.370
Despesas rescisórias	155	-
Participação no Lucros e Resultados - PLR	11.786	17.650
Outros benefícios - Corrente	7.330	7.104
	<u>74.570</u>	<u>69.978</u>
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	2.079	3.211
	<u>2.079</u>	<u>3.211</u>
	<u>76.649</u>	<u>73.189</u>



25. Serviços de terceiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Manutenção e Conservação	11.099	10.348
Auditoria e Consultoria	12.740	13.560
Serviços Jurídicos	3.288	3.471
Serviços de Informática	11.226	8.668
Propaganda e Publicidade	2.968	2.652
Serviço de Engenharia e Supervisão de Obras	3.368	2.486
Outros Serviços Terceirizados	10.871	10.139
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	(2.175)	(8.351)
	<u>53.385</u>	<u>42.973</u>

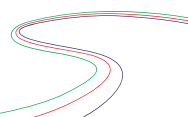
26. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	73.385	25.499
Energia vendida	199	705
Outros juros e variações monetárias	11	6
Operações de swap e hedge	326.236	1.179.100
Variações em moeda estrangeira	548.465	448.155
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(3.492)	(1.245)
Outras receitas financeiras	151	149
Receitas financeiras total	<u>944.955</u>	<u>1.652.369</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(149.906)	(253.639)
Debêntures	(240.890)	(171.568)
Variações em moeda estrangeira	(326.243)	(813.994)
Operações de swap e hedge	(621.051)	(836.259)
Juros e multa sobre tributos	(277)	(50)
Atualização P&D	(830)	(342)
Ajustes a valor presente	(1.955)	-
Outras despesas financeiras	(531)	(506)
Despesas financeiras total	<u>(1.341.683)</u>	<u>(2.076.358)</u>
Total	<u>(396.728)</u>	<u>(423.989)</u>

27. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	101.740	99.421
IRPJ - Corrente	145.889	139.414
CSLL - Corrente	53.347	51.450
IRPJ - Diferido	(71.688)	(67.238)
CSLL - Diferido	(25.808)	(24.205)
	<u>101.740</u>	<u>99.421</u>



Composição da alíquota efetiva:

	IRPJ / CSLL	
	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	915.818	1.080.824
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(311.378)	(367.480)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Adições Permanentes	(68)	(43)
Doações	(1.063)	(1.470)
Gratificação	(799)	(672)
Adições temporárias	(480)	(2.409)
Ativo Financeiro	(13.577)	(21.945)
CPC 06	(166)	(191)
Swap	(100.237)	116.566
Capex melhoria	13.986	(9.475)
Realização Receita (ACR)	(419.805)	(379.228)
Variação Cambial Ativa (Realizada e não realizada)	186.017	152.218
Variação Cambial Passiva (Realizada e não realizada)	(110.920)	(276.751)
Receita RBO/O&M	566.586	616.473
Realização Dívida	73.432	92.252
Juros - empréstimos e financiamentos	(48.357)	(82.028)
Variação Monetária - Debêntures	(37.794)	(39.187)
Extensão da Concessão	785	7.703
Outros		
Incentivos fiscais		
Lei Rouanet	3.125	3.803
Inovação Tecnológica - P&D	1.595	628
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	59	348
Adicional (10%)	24	24
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	(202)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(199.236)	(190.864)
Alíquota efetiva	-21,75%	-17,66%

28. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.



A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco de taxa de juros

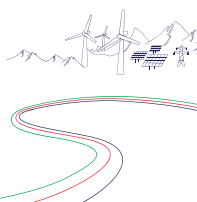
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2022				31/12/2021	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	49.653	-	2.277	-	51.930	48.157
Empréstimos e financiamentos	661.813	1.985.557	684.170	1.571.587	4.903.127	5.190.022
Partes relacionadas	-	-	29	-	29	311
Derivativos	2.836	8.507	-	-	11.342	116.209
Total	714.302	1.994.064	686.476	1.571.587	4.966.428	5.354.699

Classificação dos instrumentos financeiros

	Contábil	Justo	Contábil	Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	633.963	633.963	613.461	613.461	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	41.466	41.466	35.221	35.221	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	917	917	528	528	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	817.056	817.056	-	-	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	2.643.876	2.643.876	3.050.374	3.050.374	Custo amortizado
Debêntures	2.259.251	2.259.251	2.139.648	2.139.648	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	11.342	11.342	116.209	116.209	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Partes relacionadas	29	29	311	311	Custo amortizado
Fornecedores	49.653	49.653	48.157	48.157	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD.



As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022 montam em R\$ 2.622.712 (R\$ 2.845.992 em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com os contratos de swap de moeda e taxa de juros, A Companhia concorda em trocar a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do “valor notional acordado”.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos swaps de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de swap de moeda em aberto no fim do período de relatório:

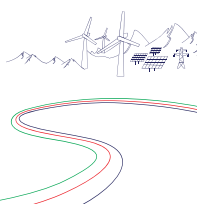
Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R\$	Valor justo R\$
Vencimento em cinco anos – Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47%a.a. e 11,49%a.a.	1.854.575	805.714

Análise de sensibilidade

Conforme CPC 40, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota nº 14 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.



Derivativo Cash Flow Hedge

Operação	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamento (5Y)	1.816.997	11,48%	203.669	208.306	212.942	217.579	222.215

Debenture Infra (Tranche I)

Operação	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Tranche 1	947.245	IPCA + 3,54%	404.704	419.168	433.614	448.042	462.454

Debenture (Tranche II)

Operação	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Tranche 2	202.840	CDI + 0,58%	46.091	47.147	48.202	49.255	50.308

Debenture Infra (Tranche III)

Operação	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamento	1.109.166	CDI + 1,85%	949.240	993.251	1.037.209	1.081.115	1.124.969

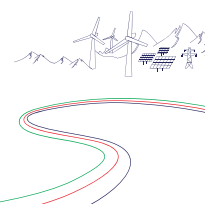
29. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seguro de D&O ('Directors and Officer') para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R\$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2022 a 08/11/2023, responsabilidade civil no montante de R\$50.000 com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023 e Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 30/12/2022 a 30/11/2023, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 4.968.858 com limite máximo de indenização de R\$ 1.388.431, incluso o limite de R\$ 609.877 referente a Lucros Cessantes.

30. Conciliação entre as Demonstrações Financeiras Regulatórias e Societárias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.



30.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e societário

ATIVO	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		633.963	-	633.963	613.461	-	613.461
Concessionárias e Permissionárias		41.466	-	41.466	35.221	-	35.221
Serviços em Curso	30.1.1	12.738	12.738	-	6.663	6.663	-
Tributos Compensáveis		21.365	-	21.365	39.920	-	39.920
Almoxarifado Operacional		11.152	-	11.152	11.675	-	11.675
Ativo financeiro	30.1.2	-	(807.169)	807.169	-	(733.328)	733.328
Despesas Pagas Antecipadamente	30.1.1	6.847	6.847	-	6.722	6.722	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		817.056	-	817.056	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	30.1.1	915	(19.587)	20.502	528	(13.385)	13.913
		<u>1.545.502</u>	<u>(807.171)</u>	<u>2.352.673</u>	<u>714.190</u>	<u>(733.328)</u>	<u>1.447.518</u>
Ativo Não circulante							
Ativo financeiro	30.1.2	-	(6.154.172)	6.154.172	-	(5.836.237)	5.836.237
Tributos Diferidos	30.1.3	352.204	352.204	-	221.316	221.316	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	1.243.414	-	1.243.414
Outros Ativos Não Circulantes		-	-	-	127	-	127
Direito de uso	30.1.4	-	(18.898)	18.898	-	(21.304)	21.304
Imobilizado	30.1.2	322.370	306.698	15.672	163.707	149.738	13.969
	30.1.2 e	6.095.735	3.649.926	2.445.809	6.336.120	3.794.099	2.542.021
Intangível	30.1.5	-	-	-	-	-	-
		<u>6.770.309</u>	<u>(1.864.242)</u>	<u>8.634.551</u>	<u>7.964.684</u>	<u>(1.692.388)</u>	<u>9.657.072</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>8.315.811</u>	<u>(2.671.413)</u>	<u>10.987.224</u>	<u>8.678.874</u>	<u>(2.425.716)</u>	<u>11.104.590</u>
PASSIVO							
		31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo Circulante							
Fornecedores		49.653	-	49.653	48.157	-	48.157
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		2.647.370	3.586	2.643.784	384.835	-	384.835
Obrigações Sociais e Trabalhistas		26.071	-	26.071	23.022	-	23.022
Arrendamentos	30.1.4	-	(3.586)	3.586	-	(3.097)	3.097
Tributos a Recolher		137.142	-	137.142	58.927	-	58.927
Dividendos Declarados		144.189	-	144.189	170.041	-	170.041
Encargos Setoriais		31.220	-	31.220	22.633	-	22.633
Instrumentos Financeiros Derivativos		11.342	-	11.342	116.209	-	116.209
Outros Passivos Circulantes		1	-	1	1	-	1
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	-	(141.977)	141.977	-	(89.903)	89.903
		<u>3.046.988</u>	<u>(141.977)</u>	<u>3.188.965</u>	<u>823.825</u>	<u>(93.000)</u>	<u>916.825</u>
Não circulante							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		2.255.757	17.579	2.238.178	4.805.187	-	4.805.187
Arrendamentos	30.1.4	-	(17.579)	17.579	-	(19.987)	19.987
Provisão para Litígios		252	-	252	52	-	52
Tributos Diferidos	30.1.3	-	(499.695)	499.695	2.309	(423.617)	425.926
Outros Passivos Não Circulantes		29	-	29	311	-	311
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	-	(663.436)	663.436	-	(787.553)	787.553
		<u>2.258.315</u>	<u>(1.163.131)</u>	<u>3.421.446</u>	<u>4.807.859</u>	<u>(1.231.157)</u>	<u>6.039.016</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.305.303</u>	<u>(1.305.108)</u>	<u>6.610.411</u>	<u>5.631.684</u>	<u>(1.324.157)</u>	<u>6.955.841</u>
Patrimônio líquido							
Capital Social		2.912.000	-	2.912.000	2.912.000	-	2.912.000
Outros Resultados Abrangentes		50.958	-	50.958	115.777	-	115.777
Reservas de Lucros		1.413.855	-	1.413.855	1.120.972	-	1.120.972
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	30.1.6	(1.366.305)	(1.366.305)	-	(1.101.559)	(1.101.559)	-
Total do Patrimônio Líquido		<u>3.010.508</u>	<u>(1.366.305)</u>	<u>4.376.813</u>	<u>3.047.190</u>	<u>(1.101.559)</u>	<u>4.148.749</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>8.315.811</u>	<u>(2.671.413)</u>	<u>10.987.224</u>	<u>8.678.874</u>	<u>(2.425.716)</u>	<u>11.104.590</u>



30.1.1 Serviços em curso, Despesas pagas antecipadamente e outros ativos circulantes

No âmbito regulatório, as rubricas de Serviços em curso e Despesas pagas antecipadamente estão sendo apresentadas abertas em seus respectivos grupos, enquanto no âmbito societário o valor é apresentado em conjunto com rubrica de outros ativos circulantes por ser considerado como outros valores a receber sem materialidade para apresentação em nota explicativa.

30.1.2 Ativo financeiro, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou na bifurcação em Intangível e Ativo financeiro do montante registrado para fins regulatórios como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

- Ativo financeiro indenizável: O valor de R\$ 6.961.341 em 31 de dezembro de 2022 (R\$6.569.565 em 2021), refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa, conforme previsto em contrato, a título de prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados de forma a refletir a melhor estimativa de recebimentos vinculados a Receita de Bonificação de Outorga – RBO, Receitas com Operação e Manutenção – O&M e CAPEX melhorias e com base em uma metodologia ajustada e atualizada pelo IPCA sobre o valor a receber do Poder Concedente.

No âmbito regulatório:

- Imobilizado: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão são classificados como imobilizado, deduzidos da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear utilizando-se as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

- Intangível: Compreendem o pagamento da Bonificação pela Outorga pela Companhia e os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares, deduzidos da respectiva amortização acumulada, quando aplicável.

	Nota	2022	2021
Ativo financeiro líquido de PIS/COFINS	30.1.2	(6.961.341)	(6.569.565)
Imobilizado	30.1.2	306.698	149.738
Intangível	30.1.2	3.649.926	3.794.099
Direito de uso	30.1.4	(18.898)	(21.304)
Arrendamentos IFRS 16	30.1.4	-	23.084
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	805.413	877.456
		(2.218.202)	(1.746.492)
IR/CS	30.1.3	851.899	644.933
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	30.1.6	1.366.305	1.101.559
		2.218.204	1.746.492



30.1.3 Tributos diferidos

No âmbito regulatório, a rubrica de tributos diferidos contempla apenas valores descritos na nota 19, enquanto no âmbito societário temos os tributos diferidos sobre a atualização das rubricas de Ativo financeiro, Direito de uso e Provisão - Capex melhorias. Esta abertura está apresentada nas notas 30.1.2, 30.1.4 e 30.1.5.

30.1.4 Direito de uso e Arrendamentos IFRS 16

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do IFRS 16 – Arrendamentos mercantis, que para fins de contabilidade regulatória tais práticas foram adotadas a partir de 01 de janeiro de 2022, prospectivamente, de acordo com o Ofício nº 52/2022-SFF/ANNEL de 04 de março de 2022. A aplicação do IFRS 16 resultou em um reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo tempo de utilização do ativo principal vinculado a este direito e em contrapartida um passivo, trazido a valor presente pela obrigação de desembolso de caixa pela utilização do ativo.

30.1.5 Provisão – Capex melhorias

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, das provisões estimadas pela Companhia para gastos com Capex para melhoria na usina. A aplicação desta provisão resultou em um reconhecimento de um ativo que amortizado pelo prazo da concessão e em contrapartida um passivo, trazido a valor presente, pela obrigação de desembolso de caixa para melhoria deste ativo.

30.1.6 Patrimônio líquido

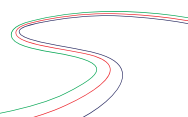
No âmbito regulatório, contempla as adições de amortização do ativo imobilizado e intangível, líquidas de tributos diferidos, enquanto que no âmbito societário são as receitas sobre o ativo financeiro, líquidos de tributos diferidos, despesas com amortização do Direito de uso e Capex Melhoria e despesas financeiras com ajuste a valor presente das obrigações de Arrendamentos e pagamentos da Provisão de Capex melhorias.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Patrimônio líquido societário	4.376.813	4.148.749
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	5.407.493	4.172.776
Atualização do ativo financeiro	(7.294.835)	(5.628.405)
Diferença na taxa de depreciação e amortização	(813.410)	(639.382)
CPC 06 - Arrendamentos	(2.539)	1.781
Ajuste a valor presente na provisão de CAPEX melhoria	310.509	212.095
Tributos sobre os ajustes	1.026.477	779.576
Patrimônio líquido regulatório	3.010.508	3.047.190



30.2 Conciliação das demonstrações do resultado regulatório e societário

Nota	2022			2021			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
		4.359	-	4.359	14.924	-	14.924
		1.680.565	1.234.717	445.848	1.501.552	1.115.377	386.175
30.2.1		15.533	-	15.533	31.781	-	31.781
		-	(1.118.263)	1.118.263	-	(1.291.098)	1.291.098
30.2.1		-	(548.167)	548.167	-	(522.059)	522.059
30.2.6		(28.057)	7.124	(35.181)	(25.546)	11.513	(37.059)
30.2.6		(129.234)	32.812	(162.046)	(117.667)	53.031	(170.698)
Encargos							
		(14.757)	-	(14.757)	(13.554)	-	(13.554)
		(47.750)	-	(47.750)	(31.242)	-	(31.242)
		(4.989)	-	(4.989)	(4.897)	-	(4.897)
		1.475.670	(391.777)	1.867.447	1.355.351	(633.236)	1.988.587
Custos não gerenciáveis							
		(6.210)	-	(6.210)	(12.673)	-	(12.673)
		(234.345)	-	(234.345)	(204.460)	-	(204.460)
		2.309	-	2.309	22.655	-	22.655
		1.237.424	(391.777)	1.629.201	1.160.873	(633.236)	1.794.109
Resultado antes dos custos gerenciáveis							
Custos gerenciáveis							
		(76.649)	-	(76.649)	(73.189)	-	(73.189)
		(3.884)	-	(3.884)	(1.371)	-	(1.371)
		(53.385)	-	(53.385)	(42.973)	-	(42.973)
30.2.3		(4.853)	(2.537)	(2.316)	(4.924)	(3.429)	(1.495)
		(5.089)	-	(5.089)	(3.482)	-	(3.482)
		-	-	-	(519)	-	(519)
		(163)	-	(163)	-	-	-
		(3)	(3)	-	(10)	-	(10)
		-	-	-	95	-	95
		(660)	-	(660)	(806)	-	(806)
30.2.2		(244.178)	(144.107)	(100.071)	(238.682)	(144.871)	(93.811)
		(6.536)	-	(6.536)	(6.688)	-	(6.688)
		591	-	591	2.940	-	2.940
		842.615	(538.424)	1.381.039	791.264	(781.536)	1.572.800
30.2.5		(396.728)	68.493	(465.221)	(423.989)	67.987	(491.976)
		944.955	873.354	71.601	1.652.369	1.627.260	25.109
		(1.341.683)	(804.861)	(536.822)	(2.076.358)	(1.559.273)	(517.085)
		445.887	(469.931)	915.818	367.275	(713.549)	1.080.824
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro							
		(101.740)	206.965	(308.705)	(99.421)	265.441	(364.862)
		344.147	(262.966)	607.113	267.854	(448.108)	715.962



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária		607.113	715.962
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória			
Na receita			
Reembolso da outorga	30.2.1	1.234.717	1.115.377
Atualização do ativo financeiro	30.2.1	(1.666.430)	(1.813.157)
		(431.713)	(697.780)
Nos custos gerenciáveis			
Diferenças nas taxas de depreciação e amortização	30.2.2	(143.120)	(144.871)
CPC 06 – Arrendamentos	30.2.3	(2.540)	(3.429)
Adições CAPEX melhoria	30.2.4	(987)	-
		(146.647)	(148.300)
No resultado financeiro			
Ajuste a valor presente nos contratos de locação	30.2.5	-	1.902
Ajuste a valor presente na provisão de CAPEX melhoria	30.2.5	68.493	66.085
		68.493	67.987
Nos tributos diferidos			
PIS e COFINS	30.2.6	39.936	64.544
IR/CS	30.2.6	206.965	265.441
		246.901	329.985
		344.147	267.854

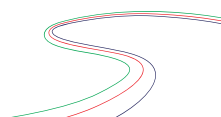
30.2.1 Receitas

No âmbito societário, a receita de atualização do ativo financeiro é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA e são classificadas conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a receitas em decorrência do gasto com a operação e manutenção (O&M) e Capex melhorias garantido pelo recebimento da RAG, e são classificadas conforme a aplicação do CPC 17 Contrato de Construção, substituído a partir de 01 de janeiro de 2018 pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes.

No âmbito regulatório a receita é a contraprestação do fornecimento de energia elétrica vendida no ACR.

30.2.2 Depreciação e amortização

As diferenças na depreciação são oriundas das bases dos bens depreciados, visto que, na contabilidade societária é reconhecida amortização do: (i) ativo intangível da concessão (bifurcado) e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a bonificação pela outorga; (ii) Amortização do direito de uso reconhecido em decorrência do IFRS 16 – Arrendamento mercantil e (iii) Amortização do Capex melhoria reconhecido no intangível que será amortizado pelo prazo da concessão.



30.2.3 Arrendamentos e aluguéis

As diferenças nos arrendamentos e aluguéis são decorrentes da aplicação do CPC 06 – Arrendamentos a partir de 01 de janeiro de 2022.

30.2.4 Adições CAPEX melhoria

As diferenças nos gastos com materiais e serviços são decorrentes de melhorias nos ativos imobilizados reversíveis a União onde para fins societários foram considerados como despesa enquanto para fins regulatórios estes gastos foram capitalizados.

30.2.5 Resultado financeiro

No âmbito societário são reconhecidas despesas de ajuste a valor presente da provisão de Capex melhorias.

Também no âmbito societário as despesas de variação cambial e instrumentos financeiros derivativos são apresentados pelo líquido, enquanto no âmbito regulatório os valores são apresentados cada um em sua rubrica de receita e despesa.

30.2.6 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos sobre as práticas na contabilidade societária e regulatória quanto do reconhecimento (i) da atualização do ativo financeiro da concessão (ii) amortizações do ativo imobilizado e Intangível e (iii) amortização e atualização do Capex melhoria conforme nota 30.1.5.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Paulo Dutra
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9

